

# Transferências de Renda e Riscos e Vulnerabilidades de Gênero: Lições da América Latina

Por Rebecca Holmes, Nicola Jones, Rosana Vargas e Fábio Veras Soares

## I. Introdução

A pobreza na América Latina é altamente influenciada pelas vulnerabilidades de gênero. Embora tenha havido um progresso significativo no sentido de garantir a igualdade de gênero na região, incluindo a paridade educacional e o aumento dos níveis de participação econômica e política, há mais mulheres do que homens vivendo em situação de pobreza; as disparidades salariais de gênero persistem e as mulheres enfrentam um aumento das tarefas e cuidados domésticos, bem como altas taxas de gravidez na adolescência e violência doméstica.

As intervenções de proteção social vêm florescendo na América Latina desde a década de 1990, em parte devido à insatisfação generalizada com a ineficiência e o clientelismo que assolava a antiga geração de programas de proteção social na região. As transferências condicionadas de renda (TCR) vêm sendo um tipo de proteção social popular no enfrentamento da desigualdade e na quebra da propagação inter-geracional da pobreza extrema. A experiência das TCR tem sido bem documentada e analisada ao longo das últimas duas décadas, mas à medida que ela aborda as dimensões de gênero da pobreza e da vulnerabilidade continua a ser debatida.

Os proponentes das TCR argumentam que a transferência regular de renda para as mulheres (em sua qualidade de cuidadoras) traz benefícios para seu empoderamento econômico e seu poder de tomada de decisões, dentro e fora de casa. Outros analistas alertam que o foco sobre as mulheres reforça seus papéis tradicionais de cuidadoras – e também que dinheiro, por si só, não é suficiente para garantir o empoderamento das mulheres (Molyneux, 2007). Este Policy Research Brief é parte de um estudo envolvendo vários países, financiado pelo Departamento Britânico para o Desenvolvimento Internacional (*Britain's Department for International Development*) e realizado pelo *Overseas Development Institute* (Reino Unido) e pelo Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (Brasil). Ele examina a medida em que os riscos econômicos e sociais ligados ao gênero são abordados nas TCR realizadas no Brasil, Chile, Colômbia e Peru.

## II. Vulnerabilidades e Riscos Ligados ao Gênero

Muitos países da América Latina passaram por mudanças econômicas, políticas e sociais importantes nas últimas duas décadas. Em muitos casos, houve melhorias no desempenho macroeconômico e redução da pobreza em termos gerais, bem como a consolidação da democracia e avanços significativos na igualdade de gênero. Ao mesmo tempo, no entanto, a pobreza extrema e a desigualdade persistem, especialmente em comparação a países com níveis semelhantes de desenvolvimento ou de PIB per capita. Esses padrões de pobreza e vulnerabilidade são influenciados pelas normas socioculturais, com ampla desigualdade de gênero e discriminação social reforçando a situação de vulnerabilidade e pobreza dentre mulheres, minorias étnicas e grupos indígenas.

Dados do Brasil, Chile e Colômbia mostram que o número de mulheres vivendo em situação de pobreza é desproporcional ao número de homens nestas mesmas condições. No Brasil e na Colômbia, 105,2 e 108,6 mulheres para cada 100 homens vivem na pobreza, respectivamente. No Chile, as taxas nacionais de pobreza estão entre as mais baixas da região, mas a diferença entre homens e mulheres em situação de pobreza é uma das mais elevadas: 123,9 (CEPAL, *online*). Embora as oportunidades de emprego para as mulheres na América Latina tenham melhorado ao longo das últimas duas décadas, as desigualdades de gênero no mercado de trabalho continuam representando um obstáculo à independência econômica das mulheres. As mulheres não só detêm menor participação do que os homens na força de trabalho; seus empregos são também mais casuais e requerem menos qualificação do que os empregos mantidos pelos homens – elas também recebem salários inferiores aos deles. No Brasil, por exemplo, as mulheres continuam recebendo salários inferiores aos dos homens, mesmo que tenham as mesmas qualificações e trabalhem em profissões semelhantes e apesar da discriminação salarial ser ilegal. As mulheres também gastam uma quantidade desproporcional de seu tempo (em comparação aos homens) dedicada a cuidados não-remunerados e trabalho doméstico, o que afeta suas oportunidades no mercado de trabalho (Manuela Ramos, 2008).

Nos últimos anos, temos visto um número crescente de famílias chefiadas por mulheres – em sua maioria, mais pobres do que as famílias chefiadas por homens – sobretudo em zonas rurais. Nas áreas rurais da Colômbia, por exemplo, as famílias pobres chefiadas por mulheres ganham 40 por cento do total da renda das famílias pobres chefiadas por homens. A diferença não é tão extrema quanto no Chile (58 por cento) e é mais equilibrada no Brasil (90 por cento). Mas as poucas oportunidades econômicas e a responsabilidade de

cuidar dos filhos são problemas pontuais de famílias chefiadas por mulheres, como explica uma entrevistada peruana: “Como mãe solteira, eu tenho que trabalhar para sustentar a minha filha. Às vezes, não há trabalho ou o salário é baixo... eu tenho que deixar a minha filha com minha mãe e meus irmãos discutem comigo por causa disso... Ficar sozinha é difícil, pois uma mulher só não consegue plantar grandes extensões [semear campos extensos], ela só consegue semear e cuidar de animais em pequenas extensões, então a comida acaba rapidamente” (Lidia, 25, mãe solteira).

Tais riscos sociais são fatores determinantes da pobreza e estão interligados aos riscos e vulnerabilidades econômicos. Muitos países na América Latina têm progredido em seus indicadores de igualdade de gênero, tais como paridade de gênero na educação primária e secundária, mas desigualdades importantes ainda persistem.

No Peru, apenas 39 por cento das meninas em zonas rurais concluem o ensino secundário, em comparação a 51,3 por cento dos meninos (MINEDU, 2007), devido a fatores como responsabilidades domésticas e laborais, falta de segurança nos traslados, gravidez na adolescência e casamento precoce. De fato, uma preocupação fundamental em toda a América Latina é a elevada taxa de gravidez entre meninas adolescentes de famílias pobres, excedida apenas pela África. Violência contra meninas e mulheres também é alta na região. No Peru, por exemplo, a mobilidade das mulheres, ou a aparente incapacidade de algumas mulheres cumprirem suas funções produtivas e reprodutivas tradicionais, tende a agravar a violência.

Em muitas comunidades pobres, há mecanismos formais para mitigar os riscos e os sistemas tradicionais de reciprocidade e de solidariedade social constituem uma importante fonte de apoio às famílias rurais. Alguns analistas advertem que estes mecanismos, embora ainda estejam em vigor em comunidades rurais, estão perdendo eficácia, graças a uma abordagem mais individualista e uma coesão comunitária limitada, bem como as demandas concorrentes suscitadas pela necessidade de realizar trabalho remunerado.

### III. A Concepção do Programa a Partir de um Enfoque de Gênero

Na última década, as TCR tornaram-se uma estratégia popular na redução da pobreza na América Latina. Elas compartilham várias características em diferentes países e contextos (Quadro 1), mas diferem em termos de sua implementação e de suas ligações a objetivos e políticas sociais mais amplos. Uma característica fundamental é o seu objetivo, por meio das condicionalidades – ou “co-responsabilidades” – do programa, de instituir um senso de cidadania entre os grupos sociais que têm pouca familiaridade com seus direitos a serviços, bem como fazer com que tais grupos valham-se desses direitos para beneficiar a si mesmos e às suas famílias. Além disso, o aspecto condicional dos programas é, muitas vezes, fundamental para garantir apoio político às transferências sociais.

#### Quadro 1

##### A Concepção das Transferências Condicionais de Renda na América Latina

As TCR costumam ter quatro características comuns: (i) a adoção de um mecanismo de segmentação, (ii) um benefício em forma de renda, (iii) o cumprimento dos requisitos, que são normalmente associados ao uso de serviços básicos (também chamados de “condicionalidades” ou “co-responsabilidades”), e (iv) o duplo objetivo de aliviar a pobreza em curto prazo e prevenir a propagação inter-geracional da pobreza em longo prazo, através de investimentos em capital humano (educação, saúde e nutrição) e, em alguns casos, capital social.

As TCR diferem, no entanto, na maneira como são implementadas, na importância atribuída a cada um de seus objetivos e em como elas se relacionam a um âmbito mais amplo de proteção social e política social.

O Bolsa Família, do Brasil, parte do programa governamental Fome Zero, foi criado em outubro de 2003, consolidando programas existentes nas áreas de educação, saúde e energia. Em 2009, o programa já atingia 12,5 milhões de famílias beneficiárias.

O Bolsa Família seleciona as famílias com base na renda auto-declarada, transferindo um máximo de USD 112 por mês para famílias, condicionados à frequência escolar das crianças e ao uso de serviços de saúde pelos membros da família.

Na Colômbia, o programa *Juntos*, iniciado em 2006, reúne ministérios e programas sociais em uma rede de proteção social integrada. O *Familias en Acción*, criado em 2001, é o ponto de entrada para a rede *Juntos*, que transferiu renda para 2,9 milhões de famílias em 2009, incluindo famílias deslocadas devido à violência política. As co-responsabilidades são nas áreas de educação e saúde.

O sistema *Chile Solidário* traz uma abordagem integrada à erradicação da pobreza, lançando mão de três intervenções principais: apoio psicossocial (suporte familiar), transferências monetárias e acesso prioritário a programas sociais. Criado em 2002, o programa beneficiou mais de 300.000 famílias em 2009.

O programa *Juntos*, do Peru, foi lançado em abril de 2005 e, em agosto de 2009, já incluía quase 432 mil famílias. O programa enfatiza as regiões mais afetadas por violência política durante as décadas de 1980 e 1990. O *Juntos* prevê um subsídio monetário (de cerca de USD33 por mês) para as famílias mais pobres, para promover o acesso à saúde básica, educação e nutrição. As transferências são direcionadas às famílias participantes com filhos menores de 14 anos ou mulheres grávidas – a transferência é feita para as mães, com o pressuposto de que eles são mais responsáveis pelo bem-estar de seus filhos. As famílias devem cumprir vários compromissos, incluindo a obtenção de documentos de identificação civil para mulheres e crianças, frequência das crianças na escola primária e utilização de diversos serviços de saúde.

Apesar das evidências da relação entre desigualdade de gênero e pobreza na América Latina, à medida que as TCR vêm incorporando a questão de gênero na concepção dos programas tem sido variável. A característica de gênero mais explícita da maioria dos programas de TCR é realizar a transferência de renda para a cuidadora – geralmente, a mãe. No Bolsa Família do Brasil, por exemplo, 94 por cento dos beneficiários são mulheres. Esta medida destina-se a compensar as mães pelo seu papel tradicionalmente doméstico e de criação dos filhos, e também garantir que as co-responsabilidades do programa sejam cumpridas, reconhecendo o fato de que as mulheres são mais propensas a garantir que o aumento da renda doméstica beneficie, de fato, os filhos. A transferência de renda para as mulheres também é vista como uma forma de promover seu controle sobre as finanças familiares e aumentar seu poder de barganha dentro de casa.

Outro aspecto importante são as medidas para enfrentar explicitamente as desigualdades na educação fornecida às meninas e serviços de saúde disponíveis para mulheres. Estas medidas incluem transferências mais altas para meninas em idade escolar mais

propensas a abandonar a escola, particularmente no ensino secundário, e prestação de cuidados de saúde gratuitos para adolescentes e mulheres gestantes.

Alguns autores, no entanto, contestam o “efeito de empoderamento de gênero” das TCR, argumentando que a principal limitação da TCR é reforçar uma abordagem utilitarista dos papéis tradicionais atribuídos às mulheres da família. As mulheres são “empoderadas” apenas como guardiãs das crianças e como canais para as políticas voltadas para as crianças, ao invés de serem o foco das intervenções, de modo a garantir o bem-estar em todo o ciclo de vida (Jenson, 2009; Molyneux, 2007). Além disso, há uma suposição geral de que a independência econômica trará efeitos positivos para outras dimensões da exclusão social, ao invés de pensar e abordar as causas de forma mais sistemática.

Assim, a incorporação do gênero – além da atual segmentação das TCR – é menos clara e varia mais de um país para outro. Algumas TCR têm vínculos institucionais com programas e serviços complementares. Isto vem sendo facilitado pela unificação dos beneficiários em um cadastro único, permitindo a integração das famílias a programas de segurança alimentar, habitação e serviços bancários, de crédito e judiciários.

No Peru, por exemplo, país em que os beneficiários devem participar de sessões semanais de treino, as mulheres destacam o fato de terem aprendido a assinar seus nomes e agora serem capazes de reconhecer seu número de identificação civil e seu nome no cadastro do programa *Juntos*, algo que é altamente valorizado e diminui o sentimento de exclusão.

Há também esforços para vincular programas e serviços complementares, oferecidos por ONGs, abordando a igualdade de gênero e o empoderamento – por exemplo, através de iniciativas que oferecem assessoria jurídica e desenvolvem atividades de conscientização sobre os direitos das mulheres e as violências praticadas contra elas.

Diversos programas também incluem um foco na promoção das mulheres na tomada de decisões referentes aos programas e às estruturas de governança. Na Colômbia, por exemplo, as mulheres são eleitas como facilitadoras da comunidade (*madres líderes ou presidentas*), atuando como elo de ligação entre o programa e seus beneficiários. Embora isto também possa aumentar sua pobreza temporal, lhes dá a oportunidade de participar e fortalecer sua liderança em nível comunitário.

#### **IV. Os Impactos do Programa a Partir de um Enfoque de Gênero**

A maioria das avaliações de impacto dos programas de TCR têm-se centrado em resultados tradicionais: consumo de alimentos, frequência escolar e indicadores de nutrição. Elas dão menos ênfase aos efeitos de gênero do programa, incluindo os custos de oportunidade da participação no programa e o impacto na dinâmica familiar, no uso do tempo e no empoderamento das mulheres.

Há, no entanto, algumas evidências de avaliação específicas para cada gênero, incluindo dados sobre os impactos da participação no programa sobre a oferta de trabalho da mulher. As avaliações sugerem que o impacto das TCR na participação das mulheres no mercado de trabalho é misto. Embora uma avaliação tenha

indicado que as mulheres beneficiárias do Bolsa Família eram mais propensas a participar do mercado de trabalho (MDS, 2007), outras evidências revelam outro indício de que elas também tendem a reduzir a sua jornada de trabalho (Teixeira, 2010; Tavares, 2008). Percebeu-se que o *Familias en Acción*, da Colômbia, aumentou o número de mulheres trabalhando em áreas urbanas, mas não afetou o número de horas que as mulheres já empregadas trabalhavam (IFS et al., 2006). O *Chile Solidário* também parece ter um impacto positivo sobre o trabalho desempenhado por mulheres adultas de forma geral: as mulheres tiveram maior participação no mercado, especialmente dentre as que vivem em domicílios chefiados por homens e mulheres vivendo em áreas rurais (Galasso et al., 2009).

Outras avaliações analisaram o poder de barganha das mulheres, baseadas em um índice sobre quem toma as decisões sobre uma série de compras e atividades domésticas, bem como a saúde reprodutiva. A avaliação do Bolsa Família mostrou que as beneficiárias eram mais propensas a ter maiores índices de poder de barganha do que aquelas que não participam do programa (MDS, 2007). No entanto, uma avaliação do *Familias en Acción*, da Colômbia, não registrou tal impacto (IFS et al., 2006).

Evidências qualitativas do Brasil, Chile e Peru demonstram um impacto expressivo sobre o empoderamento das mulheres beneficiárias. No Brasil, isto decorre de seu novo poder enquanto “consumidoras”, no sentido de que deixam de depender de seus maridos para custear as despesas da família e se sentem cada vez mais confiantes para negociar com seus maridos sobre as decisões que afetam a família como um todo (Suárez e Libardoni, 2008).

No Chile, estas mudanças de identidade decorreram do componente de apoio à família. As beneficiárias relatam estar mais confiantes para se enxergarem como indivíduos, não apenas como esposas ou mães – mas isso não significa que seus maridos estejam compartilhando as responsabilidades domésticas.

As evidências da avaliação sugerem, no entanto, que os homens foram deixados de lado na concepção do programa e que não ocorrerá nenhuma mudança expressiva a menos que as abordagens de apoio às famílias incluam metodologias para inclui-los (Larrañaga, 2009).

No Peru (Tabela 2, a seguir), o treinamento e as ligações a programas complementares promoveram uma maior participação dos homens nas atividades domésticas e mudanças na percepção das mulheres quanto a seu poder de barganha dentro de casa. Mas há espaço para mais mudanças sustentáveis, nas noções de relações de gênero e na concepção de atividades direcionadas especificamente aos homens (Vargas, 2010).

#### **V. Desafios de Economia Política**

Há um reconhecimento crescente de que as políticas de proteção social são intrínsecas à formação da cobertura do programa (segmentado ou universal), ao tipo de intervenção realizada, às atitudes em relação aos beneficiários do programa e à própria sustentabilidade do programa (Hickey, 2007).

De muitas formas, as quatro TCR sul-americanas analisadas aqui constituem exemplos de boas práticas, implementadas para fortalecer o contrato social entre o Estado e seus cidadãos – e todos passaram por mudança de regimes.

Os líderes dos programas comprometeram-se a renovar as formas tradicionais de se relacionar com os pobres e marginalizados e promover uma abordagem mais fortemente centrada em uma política social baseada em direitos. Embora os programas de proteção social muitas vezes sofram de baixa coordenação entre setores, há um compromisso explícito de trabalho inter-setorial a ser realizado em todos estes programas de TCR, facilitado por um sistema de cadastro único e de monitoramento para todos os serviços e programas com que o indivíduo interage, para fortalecer os laços entre os diferentes níveis de governo.

No entanto – e parcialmente devido ao foco das TCR na renda – as dimensões de gênero da concepção do programa têm sido bastante restritas e os impactos de gênero nas transferências de renda têm sido, em sua maioria, inesperados. Só o *Familias en Acción*, da Colômbia, articula um compromisso geral com o empoderamento das mulheres, através do cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), empedrando as mulheres e as protegendo contra violência doméstica e sexual.

Os outros procuram abordar um número mais limitado de vulnerabilidades específicas de gênero. O Bolsa Família inclui suporte para cuidados pré e pós-natal, mas não dispõe de qualquer objetivo específico relacionado à igualdade de gênero em sua concepção. O pilar do *Chile Solidário* que fornece apoio psicossocial inclui o combate à violência intra-domiciliar. E o *Juntos*, do Peru, visa oferecer suporte pré e pós-natal, bem como ações de conscientização na área dos direitos das mulheres à saúde reprodutiva e sexual.

De forma geral, ao focar as mulheres como cuidadoras, esses programas representam o que Jenson (2009) chama de “perspectiva de investimento social”: o estado recompensa as “boas mães” por apoiar um conjunto de políticas centradas na criança, ao invés de combater desigualdades de gênero culturalmente enraizadas (ver Quadro 2).

No Peru, por exemplo, ligações inovadoras foram forçadas, em determinados distritos, entre o *Juntos* e ONGs de mulheres voltadas para saúde reprodutiva e criação de programas para o combate à violência de gênero. No entanto, tratam-se de iniciativas pontuais, que não são incorporadas à execução do programa.

Nenhum destes programas avaliou em que medida os recursos do programa estão sendo canalizados para o combate às desigualdades de gênero. Monitoramentos e avaliações desagregados por gênero também são limitados – não conseguem captar questões referentes ao uso do tempo, por parte de meninos e meninas e homens e mulheres; a padrões de conformidade com as condições dos programas voltados para as meninas, em relação aos programas para meninos; às mudanças na violência intra-domiciliar ao longo do tempo; ou aos impactos das condicionalidades do programa sobre as opções das mulheres quanto à criação dos filhos.

## Quadro 2

### Engajando os Homens para Tratar das Vulnerabilidades de Gênero

O engajamento dos homens para combater vulnerabilidades de gênero e promover o empoderamento das mulheres é uma abordagem que está ganhando peso internacionalmente, mas que ainda não é incorporada adequadamente pelas TCR, visto que os componentes de conscientização costumam ser dirigidos apenas às mulheres. Por isso, os programas arriscam isolar os esforços para combater a desigualdade de gênero, desde o desenvolvimento e/ou criação de novas lacunas até a não-inclusão dos homens na concepção programática. Uma exceção parcial é o programa *Juntos*, do Peru, que visa à mudança de atitudes masculinas em relação às responsabilidades domésticas e de criação dos filhos.

A avaliação do programa nas regiões montanhosas do Peru, realizada pelo *Overseas Development Institute*, descobriu que muitos homens inicialmente se opõem à participação das mulheres em reuniões frequentes e em sessões de treinamento, acusando-as de negligenciar suas obrigações domésticas; porém, o espaço para negociação está se abrindo aos poucos, mesmo que continue sendo fonte de certa tensão. Os seguintes pontos de vista dos grupos focais sugerem uma mudança de atitude:

“Antes, apenas os homens eram os chefes, ‘isto que temos de fazer’ [dizíamos] ... Agora é diferente, estamos mudando ... Antes, a minha esposa fazia o que eu disse, ela não dava opinião. Agora ela dá, é visível – e nós acabamos chegando a uma solução. As opiniões das mulheres eram menos importantes. Agora, elas dão suas opiniões sobre como progredir na vida” (homem, Liripata).

“Nós agora chegamos a um acordo, vamos sozinhas ao banco. [Antes] os homens não entendiam, ficavam chateados até mesmo quando íamos às reuniões. Nós ficávamos com medo e tínhamos até mesmo que faltar às reuniões” (mulher, Motoy).

“Por ciúme, às vezes eles nos perguntavam: ‘por que você vai? Você sai e não cuida da casa’... Agora, não perguntam mais” (mulher, Chanquil).

## VI. Conclusões e Implicações para a Política

As evidências de avaliação disponíveis sugerem que os programas de TCR, especialmente aqueles embutidos em programas estratégicos e multifacetados de proteção social (como nos quatro casos aqui analisados) constituem importantes avanços no tratamento dos pontos tradicionalmente fracos dos programas regionais advindos da política social; também atende as necessidades práticas de gênero específicas das mulheres.

Este último item inclui prover apoio financeiro para fazer face às responsabilidades maternas das mulheres, fornecer oportunidades de participação em atividades da comunidade e aumentar a auto-estima das mulheres e sua consciência sobre seus direitos, garantir melhor acesso à informação e a serviços relacionados à saúde sexual e reprodutiva e seus direitos, bem como apoio para que as adolescentes possam dar continuidade à sua educação.

Há, no entanto, um descompasso entre o nosso entendimento coletivo dos padrões de gênero na pobreza e na vulnerabilidade, os objetivos das TCR e a alocação de recursos e execução dos programas.

Primeiro, apesar de todas essas TCR terem vínculos com programas complementares, tal abordagem – programática e integrada – não foi concebida para avaliar quais tipos de complementaridades são mais eficazes nos programas, e por quê. Esta é uma área crítica para análise e avaliação, se quisermos compreender a importância da renda em relação a melhores ligações a programas complementares.

Em segundo lugar, o desenvolvimento do capital humano das crianças continua sendo o foco principal das atividades de monitoramento e avaliação; pouca atenção é dispensada às potenciais tensões entre a

promoção do bem-estar das crianças e o empoderamento das mulheres. Não houve ainda nenhuma avaliação sistemática das implicações temporais das condicionalidades dos programas voltados para mulheres e meninas, homens e meninos, e faltam ligações a creches subsidiadas.

Por último, embora a abordagem de redução da pobreza através de “co-responsabilidades” tenha seus méritos e capacite os participantes do programa a sustentarem a si mesmos e às suas famílias, para que consigam sair da pobreza e da extrema vulnerabilidade, as TCR existentes atribuem às mulheres a responsabilidade de arcar com as co-responsabilidades.

Os programas da Colômbia e do Peru incluem um componente de conscientização sobre as responsabilidades intra-domiciliares, dirigido os parceiros do sexo masculino. No entanto, a interação regular com o programa se dá, em grande, através de cuidadoras do sexo feminino, truncando assim a possibilidade de uma agenda mais transformadora. Há, portanto, uma necessidade

urgente de programas que atinjam os homens e meninos de forma mais estratégica, de modo a complementar e reforçar o progresso alcançado no apoio ao empoderamento das mulheres, em nível individual e comunitário. ■

Rebecca Holmes, *Overseas Development Institute*; Nicola Jones, *Overseas Development Institute*; Rosana Vargas, consultora independente; Fábio Veras Soares, *Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo*.

Este projeto é financiado pelo *UK Department for International Development* (DFID, Departamento Britânico para o Desenvolvimento Internacional), pelo governo da Austrália, AusAID (*Australian Development Research Awards* 2008), analisando o gênero e a eficácia da proteção social na América Latina, África subsaariana, Ásia meridional e sudeste asiático.

A pesquisa foi realizada pelo ODI, em colaboração com parceiros locais.

Para mais informações, acesse: <<http://www.odi.org.uk/work/projects/resources.asp?id=1020&title=gender-vulnerability-social-protectionV>>

As opiniões apresentadas neste artigo são de responsabilidade dos autores e não representam, necessariamente, a opinião do DFID.

## Referências:

Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC) (online resource ), website da CEPAL, <<http://websie.eclac.cl/sisgen/ConsultaIntegrada.asp?idAplicacion=23&idTema=268&idIndicador=1694&idioma=e>>.

Gallaso, E., P. Carneiro e R. Ginja (2009). ‘El Impacto de Proveer Apoyo Psico-Social a Familias en Extrema Pobreza y Aumentar su Acceso a Servicios Sociales: Evaluando Chile Solidario’, website do Chile Solidario, <<http://www.chilesolidario.gov.cl/rec/rec1.php>>.

Hickey, S. (2007). ‘Conceptualising the Politics of Social Protection in Africa’, *Brooks World Poverty Institute Working Paper 4*. Manchester, University of Manchester.

IFS, Econometría and SEI (2006). *Evaluación de impacto del programa Familias en Acción. Informe Final*. Bogotá, Departamento Nacional de Planeación.

Jenson, J. (2009). ‘Lost in Translation: The Social Investment Perspective and Gender Equality’. *Social Policy* 16 (4), 446–483.

Larrañaga, O., R. F. M. Huepe e M. L. Marinho (2009). ‘Chile Solidario y Género’. Santiago, Chile, PNUD. Documento mimeografado.

Manuela Ramos (2008). ‘Suplemento periodístico’. Microempresa, 24 June 2008, Manuela Ramos website, <<http://www.manuela.org.pe/>>.

MDS (2007). *Sumário Executivo: Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família*. Brasília, SAGI/MDS.

Ministerio de Educación (MINEDU) (2007). Estadística de la Calidad Educativa (ESCALE). *Indicadores de la Educación Básica en el Perú 2007*. Lima, Ministerio de Educación.

Molyneux, M. (2006). ‘Mothers at the Service of the New Poverty Agenda: Progres/Oportunidades, Mexico’s Conditional Transfer Programme’, *Social Policy and Administration* 40 (4), 425–449.

Suarez, M. e M. Libardoni (2008). ‘The Impact of the Bolsa Família Program: Changes and Continuities in the Social Status of Women’ in J. Vaitsman and R. Paes-Sousa, *Evaluation of MDS Policies and Programs—Results*. Vol. 2. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Tavares, P. A. (2008). ‘Efeito do Programa Bolsa Família sobre o Trabalho das Mães’. *Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambú, Brazil, ABEP.

Teixeira, C. (2010). ‘Impact Analysis of the Bolsa Família Programme Effect on Men and Women’s Work Supply’. Brasília, Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo Documento mimeografado.

Vargas Valente, R. (2010). *Gender Risk, Poverty and Vulnerability in Peru: A Case Study of the Juntos Programme*. Londres, ODI.

Veras Soares, F. e E. Silva (2010, no prelo). ‘Conditional Cash Transfers Programmes and Gender Vulnerabilities’. *Case Studies for Brazil, Chile and Colombia’s Conditional Cash Transfer Programmes*. Brasília e Londres, CIP-CI e ODI.

*As opiniões expressas neste resumo são dos autores e não necessariamente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento ou do Governo do Brasil.*

**Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo**

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SBS, Quadra 1, Bloco J, Ed BNDES, 13º andar  
70076-900 Brasília - DF - Brasil

Telefone: +55 61 2105 5000

E-mail: [ipc@ipc-undp.org](mailto:ipc@ipc-undp.org) ■ URL: [www.ipc-undp.org](http://www.ipc-undp.org)

**Policy** International  
Centre for Inclusive Growth